



Reserva de Vagas: como deve se posicionar a Universidade?

Esse texto tem sua origem em uma intervenção preparada para uma Mesa-Redonda realizada na I Semana de Graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro em setembro de 2001. Naquele momento, a reserva de vagas que nos angustiava era apenas a dos estudantes da rede pública, a reserva para os afro-descendentes ainda não estava em pauta. A despeito da diferença e interpolação do público atendido pelos dois projetos, considero que o eixo de argumentação aqui exposto pode ser generalizado para ambos. O que me permite afirmar isto é, o fato de o conjunto de argumentações que têm sido apresentadas contra elas permanecerem em tela, apesar de, em julho de 2002, começar o processo seletivo que conduzirá esses jovens para as universidades estaduais do Rio de Janeiro.

Meu objetivo era abordar a questão por ângulos diferentes dos até então apresentados. Para isto, considerava necessário lançar novas luzes sobre o incômodo espaço sombrio que se estabeleceu a partir das iniciativas do Executivo Estadual, referendadas pelo Legislativo do Estado do Rio de Janeiro. Dessa forma, organizei a intervenção para trazer à cena um conjunto de questões que pareciam esquecidas, principalmente devido à rapidez de tramitação dos dois projetos, pouco comum nos debates do nosso Legislativo e, seguramente, muito mais veloz do que os debates internos das universidades.

Essa característica da tramitação dos projetos conduziu boa parte dos colegas docentes, servidores e estudantes que lhes seriam favoráveis a se pronunciarem contra. Assim, optei por organizar minha intervenção com idas e vindas nas suas argumentações e utilizando um conjunto de autores sem qualquer preocupação com a construção de um referencial teórico sistematizado. Ali-

Henrique Garcia Sobreira*

Resumo

O objetivo do artigo é lançar novas luzes no espaço sombrio em que parece estar localizado o debate sobre as iniciativas do Governo do Estado do Rio de Janeiro de reserva de vagas nas Universidades estaduais. Minha abordagem privilegiará o impacto que a mudança nos esquemas de seleção provocou na comunidade acadêmica e alguns aspectos sugeridos pelo conjunto dos argumentos contrários. Meu primeiro ponto de partida é que uma determinada concordância geral em relação a uma política pública/social pode servir mais para o estudo das identidades e semelhanças (muitas vezes não percebidas) entre os sujeitos concordantes do que para o esclarecimento a respeito do objeto sobre o qual se estabeleceu o acordo. O segundo investe na crítica ao papel designado à educação, em especial ao ensino superior, na formação de elites nas *sociedades burguesas tardias*.
Palavras-chave: reserva de vagas; ação afirmativa; universidade pública.

ás, considero que o conjunto de problemas que estão relacionados com a “reserva de vagas” precisa de menos opiniões consolidadas do que de pesquisas e projetos de intervenção. Nesse sentido, apesar da posição favorável à reserva que aqui é apresentada, considero o presente texto uma convocação a novas investigações e posicionamentos da comunidade acadêmica. Por isso mantive a estrutura básica da intervenção oral, acrescentando algumas questões que foram le-

* Professor-Adjunto da UERJ/FEBF. E-mail: hsobreir@uerj.br

vantadas pelos outros participantes da mesa-redonda, por colegas que tiveram acesso ao texto e pelos consultores da Revista Interagir.

Não vou apresentar uma análise do conteúdo dos dois projetos. Minha abordagem privilegiará o impacto que a mudança dos esquemas de seleção provocou na comunidade acadêmica e alguns aspectos sugeridos pelo conjunto de argumentos contrários às duas. O primeiro ponto é que a concordância geral sobre um determinado tema social informa muito mais a respeito das identidades e das semelhanças (muitas vezes não percebidas) entre os sujeitos que concordam do que derivam imanentemente do objeto da concordância. O segundo considera o papel atribuído à Educação em geral, e à Universidade em particular, na formação de elites nas *sociedades burguesas tardias*.

A derrocada da consangüinidade patriarcal como fonte de legitimação do poder exercido pelas elites, operada pelo liberalismo burguês, não foi acompanhada por tempos de *Liberdade, Igualdade e Fraternidade* na escolha dos condutores dos variáveis (no tempo e nos espaços) *interesses gerais*, tanto no campo do Estado, como no da Sociedade Civil. O indivíduo dotado de liberdade econômica para comprar e vender a força de trabalho no *mercado* foi a primeira ficção legitimadora do poder das novas classes emergentes. Aos poucos, a Educação vai disputar, com esse conceito, a posição de categoria explicativa do direito de alguns submeterem a maioria.

A interseção entre as diversas versões dessas duas funções (legitimação e explicação) é um dos fatores que vai estabelecer a Educação em todos os níveis, mas, de forma mais intensa, a Educação universitária, como um espaço contraditório em que ou se formam ou se confirmam as elites dominantes. Essa polaridade (confirmação/formação de elites) é um dos principais fatores de alienação a que podem estar submetidos os diversos sujeitos envolvidos no debate sobre educação. Esse processo de alienação se traduz na emissão de sentenças ideológicas. Como essas são, do ponto de vista estrutural, verdades colocadas a serviço de mentiras (Adorno, 1995), a sua contraditória realização nas práticas sociais cede espaço à possibilidade de sua superação pela intervenção ativa dos sujeitos a quem são destinadas.

Nesse sentido, acredito que o principal mérito da Lei de Reserva de 50% das vagas das universidades estaduais para estudantes das escolas públicas foi trazer à tona um debate para sempre adiado: para que e para quem servem esses imensos aparatos de Ensino, Pesquisa e Extensão e, em continuidade, como é que estes se organizam para atender às respostas socialmente produzidas à pergunta anterior. Quero, aqui, chamar atenção para algumas questões que considero que nós, como elite do pensamento acadêmico, estamos deixando de lado. Minha tentativa é um resgate interdisciplinar sobre o problema que, como problema, merece uma abordagem no campo próprio da pesquisa e da extensão acadêmicas. Assim, vou expor algumas intuições¹ que fazem parte mais de minhas incompetências e dúvidas do que de certezas sólidas.

Claro que essas intuições nascem de certas que gostaria de verem submetidas ao campo dos diversos especialistas dessa e de outras universidades. São sugestões que considero melhor serem investigadas por juristas, economistas, sociólogos, historiadores, psicanalistas, contabilistas, entre outro por pertencerem a campos de conhecimento em que eu, com muita boa vontade dos amigos, posso ser, no máximo, considerado um curioso.

Inicialmente, invadindo o campo da Psicanálise, entendo muitas das reações que existem às diversas propostas de **Ação Afirmativa** (em especial as dirigidas à Lei Estadual e aos debates da Conferência Mundial contra o Racismo como homólogas àquelas que podem ser localizadas no campo das **feridas narcísicas**, fomos questionados em um dos pontos de sustentação de nosso orgulho: nossas vitórias pessoais no campo de uma sociedade organizada meritocraticamente, desde o ensino das primeiras letras até os nossos pós-doutorados e projetos de inclusão no Prociência.² Quem somos e de que valeram nossos esforços, já que não serão exigidos às nossas futuras elites, dispensadas da radicalidade dos processos seletivos sociais que nos trouxeram para aqui? Nesse ponto, o que considerávamos como explicação suficiente (dotada de uma aparente "neutralidade") de nossas posições atuais podem sucumbir perante a acusação de ser apenas processo social (e, portanto, ideológico) de legitimação necessária.

Não tenho palavras de consolo para os que se sentem assim. No máximo, posso lembrar um frankfurteano do século passado que chama atenção para

A totalidade do mundo perceptível, tal como existe para o membro da sociedade burguesa e tal como é interpretado em sua reciprocidade com ela, dentro da concepção tradicional do mundo, é para seu sujeito uma sinopse de faticidades: esse mundo existe e deve ser aceito (...) Porém, entre indivíduo e sociedade, existe uma diferença essencial. O

mesmo mundo que, para o indivíduo, é algo em si existente e que tem que captar e tomar em consideração é, por outro lado, na figura que existe e se mantém, produto da práxis social geral. (Horkheimer, 1975, p. 133)

Um bom exemplo de como *práxis social* geral se configura e, principalmente, de como são convertidas e reconvertidas as intenções e as perspectivas de seus participantes pode ser recolhido na Foto 1, reproduzida a seguir, de um muro de uma escola estadual que muito me impressionou.



Fotografia do autor, em Dezembro de 2001 o muro recebeu nova pintura que apagou a situação registrada.

Muro de uma Escola Estadual no município de Nilópolis (RJ)

Aparentemente, para evitar as pichações, a direção da escola, talvez com auxílio de estudantes pichadores, gravou no muro uma frase emulatória: A educação é a chave (chave desenhada) do sucesso. Com o tempo, o desenho esmaeceu e a chave ficou pouco visível (perdoem-me o duplo sentido, quase um *ato falho*). A pobre coitada da Nida foi vítima de uma agressão, talvez de um ex-admirador, que sobrepôs, à frase inicial, a pichação Nida Teta de Vaca. A própria, ou amigos e familiares, tentaram apagar

o nome. O resultado foi curioso. Nesse muro, tanto para os que a percebem (como eu, que a transformei em objeto de palestra acadêmica) como para os que apenas vêem (e talvez aí produza efeitos maiores), pode ser lida, para além das intenções originais de todos seus múltiplos redatores, como A Educação é a Teta de Vaca do Sucesso e assim por diante. Essas são as vicissitudes da nossa sociedade propriamente humana, fundada nos atos de fala e na sua escrita, a imanente polissemia do discurso, a total falta de controle que os agentes da fala possuem sobre suas produções nesse campo, em especial nesse

contraditório processo conhecido como democracia de massas burguesa.

Em seguida, sem abandonar o passeio pela Psicanálise, a revolta contra a *reserva de vagas*, especialmente a sua compreensão como *reserva de mercado*, me conduz ao campo da Economia, principalmente do que se convencionou chamar de Economia Política. Sobre *Mercado*, considero que tanto os liberais clássicos, como os neoliberais ou neoconservadores e, o que me espanta mais, o amplo espectro de correntes políticas que se opõem a eles, cometem um mesmo equívoco: a reificação (ou hipóstase, como prefere Horkheimer (1975) desse produto da práxis social geral. Blackburn (1992) redigiu um provocativo ensaio sobre esse tema para o livro *Depois da queda*. Para esse autor, certos mecanismos interpretados como elementos da economia capitalista precisam ser repensados pelos revolucionários tendo em vista

os problemas nada desprezíveis que teriam de ser enfrentados por um governo disposto à socialização. [Kautsky] Faz ver a dificuldade organizacional que haveria caso o “estado da Alemanha, passasse a dirigir a produção de dois milhões de fábricas em atividade e a atuar como canal para a circulação dos produtos, que lhe chegariam em parte sob a forma de meios de produção e em parte sob a forma de bens de consumo a serem distribuídos a 60 milhões de pessoas cada uma delas com necessidades específicas e variáveis. (Blackburn, 1992, p.124)

Dirijo essa citação, em parte, aos meus colegas de esquerda. O que em Kautsky foi interpretado como capitulação frente ao Capitalismo (apesar da simpatia de Rosa Luxemburgo a esse pensamento, descrita por Blackburn), terminou sendo validado pelo colapso político-econômico do sistema de planejamento centralizado exercido pelo bloco soviético. *Mercado*, portanto, poderia ser entendido, para além da noção ideológica da sua mão invisível, como um produto da práxis social geral, quer dizer, não é substância apriorista da organização da vida privada dos agentes econômicos, muito menos ideologia legitimadora da exclusão social. Aqui vale repetir o conceito de ideologia: uma verdade posta a serviço de uma mentira. A tarefa cien-

tífico-política do pensamento libertário crítico consistiria, na atualidade, em desvelar essas produções sociais ideológicas, colocando em evidência tanto os seus conteúdos de verdade, como as mentiras que eles encobrem.

Assim, talvez uma investigação que reconhecesse o *Mercado* como produto social com determinada validade histórica no planejamento econômico e a sua reconstituição atualizada seja uma tarefa prioritária nesses tempos em que a *globalização* anunciada pelo Manifesto do Partido Comunista de 1848 tornou-se mais do que evidência empírica. Uma das possíveis decorrências desse posicionamento seria a assustadora perspectiva de que novas formações econômico-sociais tenham de conviver com essa categoria por mais tempo do que aqueles que organizam alternativas desejariam.

Por outro lado, dirijo também as reflexões de Blackburn para meus colegas mais afeitos ao individualismo burguês e aos submetidos voluntária, ou involuntariamente, à lógica da formamercadoria como o exclusivo princípio organizador do cotidiano social. Isso para que repensem sua concepção, mais ou menos ingênua, que separa *Mercado* de *Reserva*. Em outras palavras, o conceito de *Mercado* só se torna inteligível, e funcional, pela sua profunda vinculação com o de *Reserva*. Dispensar os leitores de citar exemplos de como isso ocorre. Levantei essa questão apenas para apresentar uma nova via para estudar o nojo e a repulsa presentes nos diversos textos e falas que associam às *Ações Afirmativas* com *Reserva de Mercado*, como se isso fosse algo aterrador.

Para entender melhor esse nojo, essa repulsa e, em alguns casos pânico recorro à investigação de Freud (s.d., p.238, 252) sobre o estranho para fundamentar minha argumentação:

Podemos descobrir que significado veio a ligar-se à palavra “estranho” no decorrer de sua história; ou podemos reunir todas aquelas propriedades das pessoas, coisas, impressões sensoriais, experiências e situações que despertam em nós sentimento de estranheza e inferir (...) tudo que esses exemplos têm em comum. Direi, de imediato, que ambos os rumos conduzem ao mesmo resultado: o estranho é aquela categoria de assustador que remete ao que é conhecido, de velho, e que remete ao que há muito é familiar.

E, mais adiante, analisa a estranheza embutida nos fenômenos do “duplo”:

Ou é marcada pelo fato de que o sujeito identifica-se com outra pessoa, de tal forma que fica em dúvida sobre quem é o seu eu (self), ou o substitui o seu próprio eu (self). Em outras palavras, há uma duplicação, divisão e intercâmbio do eu (self). E finalmente o retorno à mesma coisa – a repetição dos mesmos aspectos, ou características, ou vicissitudes, dos mesmos crimes, ou até dos mesmos nomes, através das diversas gerações que se sucedem.

[...] Originalmente, o “duplo” era uma segurança contra a destruição do ego (...) Entretanto (...) o “duplo” inverte o seu aspecto. Depois de haver sido uma garantia de imortalidade, transforma-se em estranho anunciador da morte.

Em seu texto, Freud (s.d.) descreve as condições em que tudo que nos parece estranho é algo secretamente familiar, tendo sido submetido à repressão e, mais tarde, retomado. Guardadas as devidas proporções, tendo em vista que o vienense estudava o efeito do *unheimlich* em determinados sujeitos, sou levado a suspeitar, a partir dos medos, das insistências e do teor das condenações à reserva de vagas, que estamos diante de um fenômeno social desse tipo. Explico melhor: quanto mais virulentos são os discursos contra as reservas, mais sou levado a crer que são expressão de uma tentativa individual e social de reprimir uma verdade imanente das políticas educacionais da ditadura militar, das quais ainda não nos livramos.

Essas visavam principalmente a produzir uma classe média confiável como sua base de apoio por meio de uma série de *Reservas de Mercado*, que vão desde o extinto Banco Nacional de Habitação, passam pelos planos de Saúde e chegam aos modos de favorecer a transferência das classes médias da escola pública para a particular em um curtíssimo espaço de tempo. Em tempo, a falência da política econômica da ditadura na década de 1980 transformou os que seriam seus beneficiários também em suas vítimas, mas isso não invalida meu argumento, apenas confirma a constante ressignificação, no campo da práxis social, como vicissitude das sentenças de verdade de uma determinada conjuntura. Voltarei, no final do texto, ao debate sobre como esse “duplo” se torna ameaçador em relação à reserva de vagas.

Aqui posso me localizar em um campo em que minha autoria seria menos questionável: o da Educação. Isso não significa ausência de dúvidas, por isso apresento, aos que estiverem interessados alguns programas de pesquisa que respondam à seguinte “pergunta Tostines”: o nível da educação pública perdeu qualidade porque a classe média foi para a escola particular ou a classe média foi para a escola particular porque o nível da escola pública caiu?

Esse é um dilema abordado, na maior parte das vezes, pelo corte de verbas para a Educação executado pela ditadura. Mas algumas coisas restam ocultas por essa aproximação. Afinal de contas, um dilema se caracteriza por ser sempre uma boa pergunta com pelo menos duas respostas parcialmente válidas. Sugiro pesquisas no campo da Educação, da Sociologia, da Política, da História, do Direito Tributário, da Contabilidade etc. que investiguem as seguintes alternativas:

- A cassação, o silenciamento e a demissão de alguns dos melhores professores dos então Ginásios, Científicos, Colegiais e Escolas Normais entre 1964 e 1972, que foram contratados por escolas privadas. Conheço boas pesquisas sobre isso no Ensino Superior (o caso da Fiocruz, por exemplo), mas acredito haver essa lacuna no campo do Ensino Fundamental.
- Quem e quantos eram, do ponto de vista sociológico, os excedentes, elemento importante no apoio aos movimentos secundarista e universitário entre 1960 e 1968 (ou devemos acreditar que bastava a existência da Ditadura para que eles tivessem recebido a merecida solidariedade?).
- Os possíveis impactos do receio, principalmente após 1968, de setores, digamos, menos politizados, das camadas médias urbanas de que seus filhos viessem a se tornar guerrilheiros, tendo em vista que a grande maioria dos militantes do movimento estudantil vinham de Escolas Públicas (CAPs, Pedro II, André Maurois, Instituto de Educação etc.)

Da questão anterior, podem ser derivadas quatro outras:

1. a percepção dos dirigentes militares daquela característica da origem da militância estudantil;

2. a evolução diacrônica, quantitativa e qualitativa, do segundo grau cursado (público ou particular) pelos militantes universitários após 1968 (que impacto produziu na agenda política dos movimentos universitários?);
3. qual o tipo de escola secundária que fizeram os atuais docentes das universidades públicas (em outras, e duras palavras, quando nos mobilizamos em defesa do ensino público, do que exatamente estamos falando?);
4. finalmente, mas de grande importância, que processos educativos oferecemos ao nosso licenciado nas chamadas 'ciências duras' para se confrontarem com esse outro estranho, o estudante da escola pública (muitas vezes noturna), tão diferente de si mesmo e de seus colegas de juventude na escola particular (isso sem falar na tão mal explicada categoria **seleção negativa** que geralmente utilizamos para ilustrar o destino dos que não se dirigem com louvor para o bacharelado propedêutico aos doutorados fora do país).

Falta também elucidar os efeitos da antecipação, pelas Escolas Particulares, do processo de Alfabetização, por meio do crescimento de oferta de Pré-escola, que terminou por compensar, para os seus estudantes, o efeito da redução de conteúdos derivado a extinção do Exame de Admissão ao Ginásio em 1972, problema até hoje irresoluto nas redes públicas.

- A substituição do critério de Qualidade pelo de Rendimento nos Exames Vestibulares Unificados, organizados por fundações privadas (valeria aqui uma análise do vínculo empregatício dos membros dessas bancas examinadoras), que deixou marcas até hoje quando as universidades públicas organizam autonomamente seus exames (isso sem falar nos caríssimos e hiperdirecionados cursos de pré-vestibular). Sem contar os efeitos danosos que esses exames provocam nas opções didático-pedagógicas dos professores que recebem seus vitoriosos nos primeiros semestres acadêmicos, que geralmente os consideram mais preparados

para receberem a Educação Superior do que na realidade o são.

- Cabe-nos, também, analisar criticamente o processo pelo qual a vaga conquistada no vestibular assume o caráter de *direito adquirido*, o que deixa as administrações universitárias completamente paralisadas nos casos de evasão definitiva dos estudantes – que, pelos mais variados, e muitas vezes justos, motivos abandonam sua opção de carreira elevando de maneira considerável os custos sociais da Universidade Pública (esse problema sempre se agrava quando greves nas Universidades Federais e/ou Estaduais modificam o calendário dos exames de acesso, como em 2001).
- E, para os contadores, gostaria de encomendar um trabalho político/histórico a respeito da possibilidade da existência de um financiamento estatal da transferência da classe média para a escola particular, por meio da evolução histórica dos descontos-padrão por dependente e das deduções dos gastos com Educação no Imposto de Renda da Pessoa Física.

Essa última questão merece uma atenção maior, pois mexe com a estrutura básica das políticas públicas no estado moderno: legislação e financiamento. Um breve passeio pela sociogênese do monopólio de tributação de Elias (1993, p.173) pode ajudar. Primeiro, gostaria de salientar que essas palavras são o título da seção que encerra a primeira parte do seu segundo volume sobre o processo civilizatório. Desde os tempos das Cruzadas, quando *os impostos caíam como um raio dos céus* (p. 173) até os tempos de Luís VI (Sec. XII), quando surge o que considero como sendo um dos primeiros esquemas de *reserva de vagas* na relação “Estado”/indivíduos privados, por meio do equivalente universal burguês:

De acordo com o antigo costume feudal, só os homens da classe guerreira, os nobres, tinham o direito de portar armas. Nesse momento, porém, burgueses já haviam lutado, de espada na mão, por liberdades cívicas ou estavam prestes a fazê-lo. (...) tornou-se costumeiro convocar os moradores das cidades, os “burgueses”, para o serviço em guerra. Pouco depois, contudo, os moradores das cidades acharam melhor oferecer dinheiro aos senhores territoriais, em vez de serviços, para que eles pu-

dessem contratar guerreiros. Comercializavam o serviço de guerras para os reis e outros grandes senhores, a solução foi satisfatória. A oferta de serviços de guerra por guerreiros indigentes era geralmente maior do que o poder aquisitivo dos senhores feudais rivais. De modo que esses pagamentos por isenções de serviço militar rapidamente se tornaram costume ou instituições. (Elias, 1993, p.173)

Ou seja, desde quando “burguês” significava apenas morador de cidade, sua relação privada com o poder (aquilo que, mais tarde viria a ser conhecido como Estado, serviço público etc.) já estava marcada pela influência primordial de suas posses. É desse modo que as diversas outras formas de *reserva de mercado*, para eles e para suas filhas e seus filhos, foram elaboradas nas práticas cotidianas. Porém deixaram de ser percebidas como tal. Esses construtos sociais se substancializaram, tornaram-se forças da natureza com poder mítico e origem de privilégios intocáveis. Desse ponto de vista, reprimida essa verdade (*no princípio era a Reserva*), posso entender os motivos pelos quais a Reserva de Vagas vem sendo tratada, por diversos atores sociais, como Crime de Lesa-Majestade. Mas, continuemos com Elias (1993, p.179)

A questão dos impostos constituiu o principal motivo dos levantes urbanos em 1382. Mas na luta por causa das taxas, e da distribuição de seu ônus pela máquina central, foi também submetida a teste e decidida a questão de toda a distribuição de poder. O objetivo de ter voz no lançamento e distribuição dos impostos, isto é, de supervisionar, a partir de uma posição central, o funcionamento da máquina de governo, foi perseguido da maneira mais deliberada possível pelos notáveis urbanos da época. (...) Os horizontes das classes baixa e média urbana eram em geral mais limitados: o que queriam, acima de tudo, era a suspensão de seus fardos opressivos, nada mais. (...) Neste caso, os interesses dos diferentes estratos, a despeito de seu entrelaçamento e, de fato, precisamente por esse motivo, divergiam não raro diametralmente.

Somente no século XV os súditos passam a chamar atenção para o caráter público da função real: surgem as expressões “coisa pública”, “pátria” e “Estado”. Finalmente, no final do século XVIII, o conflito entre os privilégios dos nobres e o crescente poder dos burgueses se transfere do campo das reformas para o das revoluções:

A abolição dos privilégios dos nobres significava, por um lado, o fim da isenção de impostos de que gozava a nobreza e, portanto, a redistribuição do ônus fiscal; e por outro, (...) a aniquilação do que constituía – aos olhos da nova burguesia – uma nobreza inútil e sem função e, portanto, uma distribuição diferente da receita tributária, não mais no interesse do rei, mas da sociedade em geral, ou pelo menos, para começar, da alta burguesia. (Elias, 1993, p.189)

O comum, nessa evolução histórica, me parece que foi sempre a solução dos conflitos sociais por Decreto, seja o do Rei, seja o das armas ou os negociados nos parlamentos burgueses. Assim, nada vejo de negativo na atual Lei ter sido proposta pelo Governador do Estado, votada pela Assembléia Legislativa e imposta *ao conjunto de cidadãos* do Estado do Rio de Janeiro (e não apenas à nossa comunidade universitária). Considero propriamente humanas tanto nossa posição Acadêmico-Meritocrática-Legalista, no começo do debate, quanto o auto-acorrentamento, nas grades da Universidade, realizado pelos estudantes e professores dos pré-vestibulares comunitários e de afrodescendentes. Práxis social é assim mesmo, principalmente quando envolvem a questão da redistribuição dos bens econômico-culturais produzidos em seu movimento contraditório, mas nunca caótico. Desta forma, a Lei de Reserva não é o fim dessa história, mas um recomeço mais do que necessário desse debate.

Na primeira resposta oficial da UERJ, há um sofisma jurídico: a convocação do duvidoso, porque abstrato e quase sempre reivindicado pelos mais fortes, princípio constitucional da isonomia de direitos. A Universidade localiza-se no ponto de chegada da produção humano-social da qual a escola faz parte, que em nossa formação social de mercado, tem por principal objetivo legitimar as mais variadas formas de heteronomias. Tanto os pontos de partida como os de chegada dos que estão nas atuais escolas brasileiras é, por um incontável número de motivos, extremamente distinto. Mas, toda essa distinção, bem como seus motivos foram, são e serão produtos da práxis social, principalmente daquelas que produzem vencidos e vencedores. A própria concessão, pelo Estado, do direito de indivíduos privados organiza-

rem seus esquemas particulares de Educação pode ser compreendida como primeira violação do princípio constitucional da isonomia de direitos, constituindo-se, portanto, como uma forma de “reserva de vagas”.

Apenas com políticas compensatórias dessas diferenças, permitidas e estimuladas pelo Estado e pela sociedade civil da *burguesia tardia*, a universidade pública poderá contribuir com a formação de Elites Públicas, sua tarefa primordial. Como estão fora de questão tanto a proibição da Educação Fundamental Privada, quanto a abolição dos incentivos fiscais para as camadas menos desfavorecidas pela nossa atual formação econômico-social manterem seus filhos na Educação Básica Privada (ao contrário, a gritaria contra o congelamento das tabelas de dedução no Imposto de Renda da Pessoa Física é extremamente popular nos meios de comunicação e entre nós) e, mesmo que isso fosse possível, o poder de fogo econômico que esses estratos (mesmo quando se queixam de sua pauperização) possuem continuaria impedindo o acesso das camadas economicamente mais fracas ao ensino superior público, restam, como via de começo da redemocratização da Universidade, leis “eleitoreiras” como essa. Coloco eleitoreiras entre aspas apenas para lembrar que, na democracia de massas burguesa, todos os temas de debate se configuram como eleitoreiros, desde a propaganda dos partidos proto-fascistas até os apelos à ética e honestidade na política dos partidos progressistas.

Mas, preciso voltar ao “duplo” freudiano e suas relações com os discursos que prenunciam a brutal queda de qualidade de ensino que isso acarretará (ouvi de alguns diretores, professores e estudantes das nossas unidades, previsões sombrias quanto ao desempenho futuro dos graduandos da UERJ no Provão – como se o Provão provasse alguma coisa). Do meu ponto de vista, esse medo que essas novas modalidades de reserva de vagas (a dos estudantes das públicas e dos afro-descendentes) seja esse *estranho anunciador da morte* da qualidade acadêmica possui como substrato inadmissível o reconhecimento da falsa *garantia de imortalidade* que a antiga reserva de vagas (a dos estudantes das particulares) propiciou.³

Nós, professores universitários e participantes de um determinado estrato social, somos tes-

temunhas tanto de uma progressiva queda de qualidade do pensamento dos que ingressam na Universidade, quanto de um crescente desleixo para com o conhecimento por setores da juventude das camadas médias. Os dois fatos decorrem da crença que uma escola que cobra em torno de R\$ 1.000,00 de mensalidade (além dos adicionais cursos de línguas estrangeiras, professores particulares, cursos de informática etc.) além de garantir, para os alunos, vaga no ensino superior público (ressalvadas, em ambos casos, as exceções confirmatórias dessa regra) os coloca em condições perfeitas de aprendizagem. Cria-se, então, o mito do “bom estudante” por ter sido “selecionado” (quase um darwinismo pedagógico).

Assim esse “duplo” estranho e aterrador (os estudantes de escola pública e afro-descendentes) termina sendo condenado aprioristicamente a partir desse espelho de Narciso fraturado pela evasão e repetência desses “duplos” supostos como garantidores da imortalidade da qualidade do ensino superior (nossa atual maioria de egressos de escolas das camadas médias – públicas e privadas). Recordemo-nos bem, os atuais estudantes da UERJ têm sido selecionados de uma forma extremamente competente, principalmente porque aberta às novas multiplicidades das formas de conhecimento social e utilizando sofisticadas inovações no campo da Avaliação e Seleção. Mas nosso fracasso para com eles, após sua matrícula inicial, é cada vez mais, objeto de preocupação. A evasão e a repetência em todos cursos da UERJ é assustadora, os tempos médios de conclusão de nossos cursos é preocupante. Por que fracassamos com boa parte dos nossos melhores?

Talvez porque a atual estrutura social de formação dos nossos calouros contribua para que o estudante universitário, as suas formas de aprender, os seus modos de construir conhecimentos, tenha deixado de ser percebido como um dos principais problemas científicos da Universidade brasileira. Esse é um dos efeitos colaterais da reserva de vagas que considero como o mais estimulante: a elevação do ensinar/aprender do estudante do ensino superior à condição de objeto epistemológico.

A revisão final desse texto aconteceu na semana em que imensas filas de estudantes de escolas públicas se organizaram nos postos de ins-

crição para o exame de acesso das vagas decorrentes das “reservas”. Eu não tenho certeza, mas uma grande curiosidade: gostaria muito estar presente, quando as 50% das melhores cabeças oriundas das escolas particulares junto com os 50% dos melhores estudantes das escolas públicas estiverem dirigindo esse país (e, é claro, algumas corretoras internacionais). É uma aposta, pois sei que apenas a práxis social geral em devir é que definirá o resultado desse processo. Por enquanto, resta-me a reafirmar o pedido de que nós tratemos desse processo academicamente, isso é, como objeto de amplos projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão. Embora isso ainda nos deixe no interior da polaridade confirmação/formação de elites, talvez seja possível que a Educação deixe de ser a chave/teta de vaca do sucesso e possamos ingressar em um mundo que, mesmo que não seja admirável, se configure como novo.

Notas:

1. Essa categoria remete aos modos de organização da sociedade burguesa, no plano das idéias, em tempos do *capitalismo tardio*.
2. No sentido de possíveis pontos de partida teóricos e práticos para diversos programas de estudo e intervenção.
3. Programa destinado a conferir dedicação exclusiva aos Docentes da UERJ mediante análise de sua produção acadêmico-científica e projeto de pesquisa.
4. Há um outro argumento assustador que tenho percebido em artigos e cartas para jornais e em algumas conversas com colegas professores e estudantes: quando esses estudantes, ao entrarem na Universidade, serão discriminados pelos que fizeram o “vestibular sem reserva”. Primeiro, quem utiliza esse argumento se esquece de que esses possíveis estudantes já estão sendo discriminados (ou a atual sociedade e suas formas de seleção são perfeitas, justas e neutras). Segundo, que nossas energias para transformar as perspectivas de vida e sociedade que são compartilhadas pelos estudantes que recebemos (seja via reserva tradicional – a baseada no poder econômico das suas famílias – seja via reserva nova – a das leis estaduais) na Universidade ou se esgotaram ou são de pequena utilidade. Terceiro, oculta uma afirmativa preconceituosa: que esses estudantes são ruins mesmo e o seu destino será a evasão ou repetência e não há nada que possamos fazer. Finalmente, projetamos naqueles a quem deveremos formar em nível superior, sentimentos e responsabilidades que deveriam ser nossos.

Referências Bibliográficas:

- ADORNO, Theodor Wiesegrund. *Palavras e sinais: modelos críticos 2*. Petrópolis: Vozes, 1995. 263p.
- BLACKBURN, Robin. *Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1992. 272p. p.107-215.
- ELIAS, Norberto. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1993. 308p. V.2: Formação do Estado e civilização.

FREUD, Sigmund. O estranho. In: FREUD, S. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, s/data. V.2, p. 235-276.

HORKHEIMER, Max. Teoria tradicional e teoria crítica. In: BENJAMIN, W. et al. *Textos escolhidos*. São Paulo: V. Civita, 1975. 335p. p.125-162. Os Pensadores, V. XLVIII.

Abstract

The purpose of the article is to shed some light on the grey area that was created by the initiatives of the State Executive that were ratified by the Legislative of the State of Rio de Janeiro. The approach to be presented, which does not take into consideration the analysis of the contents of both projects, places emphasis on the impact that the change in the selection system caused on the academic community, and some aspects related to arguments against such projects. The point of departure is that the general agreement on a specific social issue tells much more of the identities and similarities (many times imperceptible) among the individuals who agree rather than the object of the agreement itself. Next, we consider and criticize the role attributed to Education in general, and, particularly, to the University, with regard to the formation of elites in contemporary bourgeois societies.

Keywords: Quota System; Affirmative Actions; Public University

Data de recebimento: 26/03/02

Data de aprovação: 29/07/02

